

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Setor petroleiro precisará de US\$ 30 bilhões anuais.....	2
Título: Destaques	4
Título: Ex-presidente da Fiat, Belini assume Cemig	5
Título: Abdib organiza missão a investidores no Canadá.....	7
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	8
Título: Senador que pede CPI recebeu de minerador.....	8
Título: Governo estuda autorizar novas debêntures a usinas	9
Título: ‘Energia livre’ chega a 30% do mercado	10
Título: Tocantins corta ICMS de querosene de avião.....	12
Título: MG tem 400 minas abandonadas e especialistas falam em bomba-relógio	13
Título: Indígenas temem barragem de Salobo	14
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	16
Título: Água mole	16
VEÍCULO: O Globo.....	16
Título: Um futuro para Brumadinho	16
Título: Ladrões de petróleo	18
Título: Indenização a vítimas de barragem em Brumadinho precisa ser rápida.....	20
Título: Após nova vitória, barragem segue com risco de rompimento.....	21
Título: Venda de combustível.....	22
Título: Petrobras quer lançar cartão pré-pago para gasolina	25
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	26
Título: Patrimônio da cultura mundial sob risco	26

Título: Número de mortos confirmados é de 165.....	27
Título: Mineradoras globais aprimoram sistemas de segurança	29

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/02/2019

Seção: Internacional

Autor: Marsílea Gombata | De São Paulo

Título: Setor petroleiro precisará de US\$ 30 bilhões anuais

Planejar a retomada da economia da Venezuela passa obrigatoriamente por repensar em como reerguer o setor petroleiro do país, depois de anos praticamente sem investimento. Especialistas ouvidos pelo **Valor** estimam que são necessários cerca de US\$ 30 bilhões anuais para recuperar o ritmo de produção de 21 anos atrás.

Em 1998, quando o ex-presidente Hugo Chávez foi eleito, a Venezuela produzia 3,5 milhões de barris diários (b/d). Economistas privados estimam que a produção está em 1,1 milhão de b/d - menor nível em quase um século. Com as recentes sanções dos Estados Unidos ao petróleo venezuelano, a expectativa é que a produção caia 43% para 500.000 b/d, segundo a consultoria Oxford Economics.

"A Venezuela é um país petroleiro. Recuperar o setor não é algo secundário. As sanções foram como uma adaga no coração, pois afetam a capacidade de produção, comercialização, investimento e exportação do país ", afirma Luis Vicente León, presidente da consultoria Datanálisis, em Caracas, ao observar que quanto mais tempo a Venezuela ficar sob sanções, maior será o desastre econômico e humanitário. "Um governo de transição terá de refundar o setor petroleiro, resgatar mercados, atrair investimentos e renegociar a dívida da estatal PDVSA."

José Toro Hardy, economista e ex-diretor da PDVSA, estima que seriam necessários de US\$ 25 bilhões a US\$ 30 bilhões anuais, durante um período de sete anos, para a Venezuela recuperar a produção que tinha em 1998.

Toro argumenta que a Agência Internacional de Energia estima que nos próximos 20 anos a demanda mundial por petróleo crescerá, mas a partir de 2040 a commodity começará a ser substituída por fontes renováveis. "Os países que podem aproveitar essa janela de oportunidade são os que têm reservas grandes. A Venezuela tem mais reservas do que México, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Argentina e Brasil juntos", afirma.

Com falta de investimento e manutenção, o setor petrolífero encolheu nas últimas décadas. Dos 50 mil poços que operavam na Venezuela, estima-se que entre 25 mil e 30 mil estejam paralisados, afirma Ivan Freites, da Federação Petrolífera da Venezuela. Com tecnologia e investimentos necessários, ele acredita que seja possível recuperar 90% da produção dos poços, que costumam perder pressão com a falta de atividade.

Freites diz ainda que as refinarias na Venezuela hoje operam a 25% de sua capacidade instalada e somente uma delas processa gasolina - de um total de seis que o faziam. "Em 2018 produzimos uma média de 70 mil b/d de gasolina e outros 70 mil b/d de diesel. Há 20 anos, a produção média era de 450 mil b/d de gasolina e 400 mil b/d de diesel", diz, ao acrescentar que saques levaram à destruição de 40% das instalações petrolíferas.

"A PDVSA hoje é a sombra do que um dia foi", avalia um economista que acompanha a situação da Venezuela e prefere não ser identificado. "A principal empresa de produção de petróleo do país foi quase que inteiramente destruída. Depois da greve petrolífera de 2003, houve demissões massivas de altos e médios executivos, e o mandato da empresa foi estendido para além do negócio petrolífero, transformando-a em um dos principais caixas, quando não executora, dos programas do governo", diz. "O resultado foi a degradação do corpo técnico, a fuga de cérebros, o sub-investimento em infraestrutura."

Entre 2002 e 2003, afirma Toro, o ex-presidente Hugo Chávez demitiu 20 mil trabalhadores da PDVSA, metade dos funcionários da estatal. Muitos foram trabalhar em países como Colômbia, México, Canadá, EUA, Kuwait e Emirados Árabes Unidos.

Com a Lei de Hidrocarbonetos, de 2001, o governo aumentou o imposto de renda sobre atividades com petróleo extrapesado de 34% para 50%, os royalties de 16% para 30% e estabeleceu que a PDVSA seria majoritária nas joint ventures com empresas privadas.

A equipe de Guaidó quer reverter medidas implantadas com a Lei de Hidrocarbonetos e chamar empresas que ainda estão na Venezuela, como a chinesa CNPC, Rosneft, Chevron e Repsol para apresentarem um plano de investimento para o setor.

"O setor, definitivamente, precisa de investimentos privados. Mas, para isso, são necessárias regras mais claras para os investidores", afirma Francisco Rodríguez, diretor da consultoria Torino Capital.

Segundo Rodríguez, algumas restrições teriam de ser flexibilizadas, como permitir que acionistas privados possam ter mais de 50% do capital das empresas mistas. "Também é preciso um esquema que garanta o direito de propriedade e permita que as companhias estrangeiras possam repatriar seus lucros. Sem isso, não vão conseguir atrair investimentos."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/02/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Barragem de Laranjeiras

Dados reunidos pela Vale em outubro mostraram que ao menos dez barragens estavam em áreas chamadas de zonas de atenção por causa de sua proximidade a núcleos urbanos. Duas das barragens que se romperam em Brumadinho faziam parte desse grupo. Foi por temer o risco das outras e por alegar que a empresa não havia tomado medidas excepcionais de segurança que a Justiça de Minas Gerais determinou que a empresa parasse de lançar rejeitos de minério nessas estruturas. Uma das oito é a de Laranjeiras, que atende a mina de Brucutu.

Minério tem forte alta

Os contratos de futuros de ferro atingiram novas máximos em quatro anos e meio na sexta-feira, com a tragédia envolvendo a Vale ampliando os ganhos recentes do metal ferroso. O minério de ferro com 62% de teor de ferro subiu 2,8% em Cingapura, para US\$ 94,85 a tonelada, o maior valor desde o início de agosto de 2014, tendo subido mais de 9% até agora nesta semana. Principal mercado da commodity, a China não teve negociações esta semana, devido ao feriado do Ano Novo Chinês. O mercado chinês reabre hoje.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 11/02/2019****Seção: Empresas****Autor: Marli Olmos e Camila Maia | De São Paulo****Título: Ex-presidente da Fiat, Belini assume Cemig**

A escolha de Cledorvino Belini, ex-presidente da Fiat na América Latina, para a presidência da Cemig, deve ser bem recebida pelos investidores. Ainda que o executivo não seja um nome do setor elétrico, como havia prometido o governador mineiro Romeu Zema (Novo), a experiência de 44 anos de Belini na montadora italiana não deixa sombra de dúvidas entre investidores e analistas ouvidos pelo **Valor** sobre sua capacidade de comandar e recuperar a estatal mineira de energia elétrica.

"Belini chegou em um momento de devolver suas conquistas pessoais para a sociedade, isso é muito bem visto", disse um gestor, sob condição de anonimato.

Para um analista, a reação no mercado será certamente positiva, uma vez que esse foi o primeiro passo de renovação dentro da companhia. Na sexta-feira, as ações preferenciais da companhia operavam em queda ao longo de todo o pregão, mas quando os rumores do anúncio de Belini começaram a circular elas mudaram de tendência e acabaram fechando em leve alta de 0,9%, a R\$ 13,40.

Além da presidência, ele acumulará de forma interina as diretorias jurídicas e de gestão de pessoas

Além de comandar a montadora entre 2004 e 2015, Belini já foi presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Desde junho de 2018, ocupa uma cadeira no conselho de administração da Odebrecht S.A., principal holding do conglomerado, além de ser conselheiro da JBS.

Inicialmente, o executivo havia sido convidado para a presidência do conselho de administração da Cemig, mas Zema acabou optando por indicá-lo para presidir a companhia, revelando a estratégia do governo de tentar levar para a concessionária de energia elétrica soluções que só a iniciativa privada conhece - o que converge com o cartão-postal do Novo.

Aos 70 anos de idade, faz menos de dois anos que Belini deixou a Fiat, onde trabalhou por 44 anos, praticamente toda sua vida profissional. O jeito inquieto

desse executivo paulistano, com formação em administração de empresas, parecia não combinar com a ideia de aposentaria quando ele deixou a montadora em junho de 2017.

Foi sob o comando de Belini, entre 2005 e 2011, que a marca italiana manteve a liderança do mercado brasileiro durante quase todos esses anos. Mas uma de suas principais marcas foi no cargo de diretor de compras, entre 1987 e 1993. Na função ele tinha um desafio a vencer. Quando os italianos decidiram erguer uma fábrica em Minas Gerais, em 1973, o ABC paulista era praticamente o único polo produtor de automóveis.

Mas o processo de produção na então vazia Betim (MG) não daria certo se os fornecedores não se instalassem no entorno da fábrica. Somente assim, a empresa teria sucesso no chamado "just in time", sistema usado por todo o setor, por meio do qual as peças chegam à linha no momento exato da montagem do carro.

Belini visitou fábricas de veículos do Japão e, com o conhecimento de produção enxuta, criou uma base de fornecedores próxima à fábrica. O executivo ganhou fama no setor pelo sucesso nesse processo, que ficou conhecido por "mineirização". A consagração da estratégia viria à tona, mais tarde, nas montadoras que se instalaram em outros pontos do país. O caso mais recente é o da Fiat Chrysler, que tem atraído fabricantes de componentes para o entorno da fábrica em Goiana, em Pernambuco.

Entre 1999 e 2004, Belini foi presidente da Magneti Marelli, empresa de autopeças que pertencia ao grupo Fiat. A partir de então, assumiu a presidência do grupo no Brasil e, no ano seguinte, da operação em toda a América Latina.

Naquela época ele viajava uma vez por mês até a sede da Fiat, em Turim, porque fazia parte de um grupo de 12 dirigentes, a maioria italianos, que se reuniam para decidir os rumos da companhia em todo o mundo.

Sempre risonho, com bom humor Belini também teve sempre faro aguçado na área comercial. E, como bom estrategista em assuntos de governo, foi um dos maiores defensores dos carros com motor 1.0. As vendas desse tipo de veículos se expandiram ao sabor dos incentivos tributários que Belini ajudara a negociar.

A postura de defesa dos interesses da empresa onde trabalhava eram visíveis até quando ele assumiu, em 2010, a presidência da associação que representa todo o setor, a Anfavea. Naquela época eram comuns as divergências entre

montadoras. Mas Belini, mesmo de forma sutil, sempre se manteve do lado da Fiat.

Na Cemig, os desafios não serão poucos. Endividada, ela passa por momento de reestruturação, com foco em venda de ativos problemáticos, como as participações na Light, Renova e Santo Antonio Energia, além de cortar custos e buscar ganhar eficiência no segmento de distribuição de energia.

Belini assumirá o cargo no lugar de Bernardo Alvarenga, que era indicado do ex-governador Fernando Pimentel (PT-MG). Além da presidência, ele acumulará interinamente as posições de vice-presidente, diretor jurídico e diretor de gestão de pessoas, no lugar de, respectivamente, Luiz Humberto Fernandes, Neila Maria Barreto Leal e Maura Galuppo Botelho Martins.

Segundo comunicado da companhia, o conselho deliberou pela manutenção de Daniel Faria Costa, diretor de gestão de participações, e Dimas Costa, diretor comercial. Maurício Fernandes Leonardo Junior, diretor de finanças e relações com investidores, será mantido no cargo e vai acumular interinamente a diretoria de relações institucionais e comunicação (no lugar de Thiago de Azevedo Camargo).

Ronaldo Gomes de Abreu fica como diretor de distribuição e comercialização, acumulando interinamente as diretorias de gestão empresarial (no lugar de José de Araújo Lins Neto) e geração e transmissão (Franklin Moreira Gonçalves).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Fernanda Pires | De São Paulo

Título: Abdib organiza missão a investidores no Canadá

A Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib) organiza missão Brasil-Canadá entre os dias 25 e 28 deste mês para promover oportunidades de investimentos e troca de experiências entre os setores de infraestrutura dos dois países.

Serão abordados os segmentos de energia elétrica, portos, aeroportos, logística e mobilidade urbana. A iniciativa é fruto de uma parceria entre a Abdib e o consulado canadense. A organização confirmou presença de representantes dos seguintes fundos: Canada Pension Plan Investment Board (CPPIB), Brookfield, Ontario Teachers' Pension Plan (OTPP), Export Development Canada (EDC), Caisse de dépôt, Ivanhoé Cambridge e do Banco Nacional do Canadá.

Do Brasil, está confirmada a participação de representantes de empresas e estruturados de contratos, como a Aegea Saneamento, Queiroz Galvão, Amaral Gurgel Advogados, Cascione Pulino Boulos & Santos Advogados, Tozzini Freire Advogados, Houer Concessões e da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CCBC).

Haverá também participação de representantes do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e da Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura do Ministério da Economia, no âmbito federal. Além dos governos dos Estados de São Paulo e do Piauí.

Os participantes terão acesso a um curso sobre Parceria Público-Privada (PPP), com certificação pelo Conselho Canadense de PPPs, oportunidade para discutir questões relacionadas à estruturação, financiamento e gestão de PPPs no modelo canadense.

A programação inclui visitas técnicas, rodada de negócios e seminário para apresentar os projetos no Brasil. As rodadas de negócios serão oportunidades para conversas diretas entre empresas e governos brasileiros com representantes de fundos e investidores canadenses.

Os representantes dos governos brasileiros devem ressaltar a estrutura da administração pública responsável pela condução de projetos de concessões e PPPs; razões que tornam os projetos atrativos a investidores; e inovações regulatórias ou regras nos editais que reduzem riscos e dão segurança jurídica a investidores.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Andreza Matais

Título: Senador que pede CPI recebeu de minerador

Coluna do Estadão

Autor do requerimento que pede a instalação de uma CPI para investigar as causas e as circunstâncias da tragédia de Brumadinho (Minas Gerais), o senador Carlos Viana (PSD-MG) teve um representante do setor de mineração como seu principal doador em 2018, descontadas as contribuições de seu partido. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luís Fernando Franceschini doou R\$ 100 mil para a campanha do parlamentar. Essa foi a única contribuição do executivo para políticos no ano passado. Franceschini é diretor do Grupo Biogold.

» Com a palavra. Viana afirmou, em nota, que não conhece o empresário e que a doação foi viabilizada pelo seu então partido, o PHS, que teria indicado Franceschini como sendo um advogado e professor universitário interessado em ajudar.

» Novidade. O diretor da Biogold disse, também por meio de nota, que fez a doação por acreditar que Viana representaria uma “renovação”. Afirmou ainda que o rompimento da barragem é uma “tragédia” e que não é o momento de “politizar” o acidente de Brumadinho.

» Defesa. Viana participou, como jornalista, de eventos do setor de mineração. Em 2012, mediu o 7.º Congresso Brasileiro de Mina a Céu Aberto. “Soa-me estranha qualquer tentativa de fazer ilações a respeito da minha atuação no exercício da profissão”, afirmou o senador.

» Tem mais. Não é só o senador do PSD que tem relações com o setor. O presidente da Green Metals, mineradora que pertence ao grupo Biogold, Bruno Luciano Henriques, repassou R\$ 50 mil para o diretório estadual do DEM, e R\$ 5 mil para o senador e ex-governador Anastasia (PSDB).

COM JULIANA BRAGA E MARIANNA HOLANDA. COLABOROU RAFAEL MORAES MOURA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Camila Turtelli, Clarice Couto, Gustavo Porto

Título: Governo estuda autorizar novas debêntures a usinas

Coluna do broadcastagro

O governo federal estuda autorizar o setor produtivo de açúcar, etanol e bioenergia a emitir debêntures – títulos de dívida negociados no mercado – para capitalizar a área operacional das usinas. Em 2014, as companhias foram liberadas a captar recursos com esses papéis para investimentos em bens de capital, mas as áreas agrícola e de manutenção das processadoras de cana-de-açúcar, por exemplo, não foram atendidas. O governo avalia que R\$ 16 bilhões possam ser captados com essa linha de crédito. Os principais destinos dos recursos seriam a renovação de canaviais diante da estagnação, há uma década, da produtividade das lavouras brasileiras e a produção de energia elétrica cogerada.

» Veja bem. Uma proposta de portaria para autorizar o setor sucroenergético a emitir debêntures operacionais deve estar pronta em 15 dias. Críticos no

governo sustentam que a emissão destes títulos, para investimentos em bens de capital no passado ajudaram algumas companhias a ampliar a crise econômica que já enfrentavam e muitos investidores tomaram calote. Cenário que poderia se repetir.

» Mas... Defensores do projeto lembram que quase uma centena de usinas já foi fechada ou suspendeu temporariamente a moagem no Brasil e que a crise do setor ocorreria com ou sem a emissão de debêntures. Um primeiro levantamento aponta que só no oeste do Estado de São Paulo três usinas deixarão de operar em 2019.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/02/2019

Seção: Economia

Autor: Anne Warth / BRASÍLIA

Título: 'Energia livre' chega a 30% do mercado

Economia de até 30% incentiva migração de consumidores que podem escolher seu fornecedor; cliente residencial não tem direito de escolha

Consumidores que podem escolher seu fornecedor de energia representam hoje 30% de toda a carga do setor elétrico, de acordo com levantamento exclusivo da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). O preço mais baixo tem sido o maior incentivo à migração de clientes para o ambiente livre.

Comercializadores apontam que é possível economizar entre 20% a 30%. No mercado livre, como o próprio nome indica, o consumidor pode escolher de quem vai comprar energia. O preço, quantidade, prazo de fornecimento e até a fonte também são negociáveis e definidos em contrato. O cliente desse mercado pode comprar diretamente das geradoras (as donas das usinas) ou de comercializadoras, que são uma espécie de revendedores.

Para receber essa energia, porém, ele precisa estar conectado a uma rede, e paga uma fatura separada pelo serviço da distribuidora, a chamada "tarifa fio". No fim de dezembro, 5.819 consumidoras em todo o País usufruíam do mercado livre de energia, um aumento de pouco mais de 12% em relação ao ano anterior. Metade dos clientes está em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, mas há um crescimento em todas as regiões.

No Distrito Federal, por exemplo, a alta foi de 49%; no Tocantins, 55%; e no Pará, 20%. A energia consumida é da ordem de 20 mil megawatts médios (MWmédios). "O mercado livre de energia só se justifica quando tem preços mais atrativos que os do mercado regulado e, nos últimos anos, essa diferença

tem se acentuado bastante", disse o presidente do Conselho de Administração da CCEE, Rui Altieri.

Atualmente, podem escolher o fornecedor de energia clientes que consomem mais que 3 MW. Além disso, uma lei permite que clientes com consumo entre 500 kW e 3 MW migrem para o mercado livre, desde que eles comprem energia proveniente de fontes alternativas. Para ter uma ideia, um transformador de poste que abastece casas de três a quatro ruas tem capacidade média de 75 kW.

Esse mercado é para quem paga uma conta de energia na faixa dos R\$ 100 mil. Uma portaria publicada no fim do ano passado pelo governo alterou os limites e vai ampliar o acesso ao mercado livre já neste ano. A partir de 1.º de julho, a migração será permitida para quem consome 2,5 MW, e a partir de 1.º de janeiro de 2020, o limite cai para 2 MW.

Com essa mudança, o crescimento do mercado livre deve ser ainda maior. A participação pode atingir a 31% ou 32% até o fim de 2020, prevê Altieri, pois 1.200 clientes que hoje não podem migrar poderão fazer essa opção. "Sempre defendemos um crescimento constante, gradual, organizado e de forma contínua do mercado livre, e é isso mesmo que está acontecendo", diz Altieri.

Residenciais. Clientes residenciais consomem, em média, 160 quilowatt-hora (kWh) e, por isso, são atendidos exclusivamente pelas distribuidoras de energia, que têm as tarifas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). No ano passado, os reajustes autorizados pelo órgão regulador foram da ordem de 15% a 20%, o que acentuou a vantagem do mercado livre.

Os clientes atendidos pelas distribuidoras consomem 45.000 MW médios. O presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Nelson Leite, diz que a diferença de preços a favor do mercado livre se dá por um movimento "oportunista".

Os clientes que migram para o mercado livre deixam de pagar algumas despesas que oneram a tarifa dos residenciais, como a energia de Itaipu, em dólar; de Angra 1 e 2, que é mais cara; e o empréstimo de R\$ 22 bilhões feito em 2014 para socorrer o setor, que foi incluído de forma parcelada nas tarifas até 2020.

Segundo a Abradee, juntos, esses itens custam R\$ 65 por MWh, valor que não é pago no mercado livre. "O empréstimo foi uma decisão política do governo e foi feito para evitar um reajuste muito alto em um ano eleitoral. Todos consumiram e todos têm que pagar", disse Leite. "A analogia que faço é aquela situação em que todos se reúnem em uma mesa de bar, comem, bebem, e alguns vão

embora antes de pagar a conta, que sempre é alta e sobra para poucos", acrescentou.

A diretora da Aneel, Elisa Bastos Silva, reconhece que há um incentivo para a venda de energia a partir de fontes incentivadas para consumidores especiais, e que a conta é custeada pelos demais clientes, por meio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) – encargo embutido na conta de luz.

"O principal papel do regulador é colocar luz na questão, ao dar transparência em relação à CDE e sua composição de custos, e sobre como essa conta impacta os consumidores regulados e livres", disse a diretora.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/02/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Tocantins corta ICMS de querosene de avião

Estado seguiu a decisão tomada por São Paulo; intenção é restabelecer voos com tarifa acessível e incentivar o turismo

O Estado de Tocantins cortou na última sexta-feira o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o querosene de aviação (QAV). A alíquota, que era de 14%, foi reduzida para faixa entre 7% e 3%, informou o governo.

A redução da base de cálculo do ICMS consta de medida provisória assinada pelo governador Mauro Carlesse. Segundo o governo do Estado, a primeira alíquota, de 7%, vale para a empresa que mantiver voos regulares destinados ao Estado. A segunda, de 5%, para a que mantiver voos regulares ao Estado e implementar rota destinada a outra unidade da federação, enquanto na terceira faixa a alíquota será de 3% - voos regulares destinados a dois ou mais municípios do Estado e rota destinada a outra unidade da federação.

A intenção é restabelecer voos que haviam sido cancelados, além de fomentar novas opções, ainda de acordo com o governo. Na última terça-feira, São Paulo havia anunciado redução do ICMS sobre o QAV, de 25% para 12%. Mas dois dias o secretário de Fazenda de São Paulo e ex-ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou a investidores que a redução da alíquota de ICMS sobre querosene de aviação (QAV) anunciada pelo governo paulista terá que ser compensada por alguma receita.

Segundo ele, há duas opções na mesa: aumento de outro tributo neste ano ou deixar que a medida vigore a partir de 2019. Mas ponderou que

"possivelmente" a alta nos impostos será a escolhida. Quando anunciou a medida, o governador de São Paulo, João Doria, disse que o objetivo do governo é fomentar o turismo dentro do Estado de São Paulo. Doria disse que vai ser anunciado ainda um programa de incentivo ao turismo, o São Paulo Para Todos.

"Ao reduzir o querosene, vamos estimular as companhias a terem tarifas mais acessíveis para seus voos", disse, lembrando a relevância do QAV na composição de custos das aéreas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/02/2019

Seção: Metrópole

Autor: Fernando Scheller

Título: MG tem 400 minas abandonadas e especialistas falam em bomba-relógio

Perigo. Levantamento de 2016 da Fundação Estadual do Meio Ambiente, órgão do governo mineiro, mostra também que pelo menos três barragens não apresentavam relatório de segurança; muitas mineradoras estão falidas ou sequer existem mais

O rompimento da barragem da Vale em Brumadinho reacendeu o debate sobre a eficiência da fiscalização da atividade de mineração no País, trazendo a reboque outra questão: o que fazer se uma tragédia no futuro envolver não a gigante multinacional, com recursos para pagar multas bilionárias, mas uma empresa de pequeno porte, desativada ou até falida? Trata-se de um perigo real, segundo especialistas no setor, pois as barragens mais vulneráveis de Minas Gerais, segundo a Agência Nacional de Mineração (ANM), pertencem a empresas que hoje estão com as atividades paralisadas.

A barragem de mais alto risco de Minas Gerais é a da Mina Engenho, da Mundo Mineração, companhia que deixou de operar no município de Rio Acima há mais de seis anos. Sem manutenção desde então, a única sinalização que a barragem recebeu foram placas que alertam para a presença de material tóxico usado na extração de ouro, como arsênico e mercúrio. É a situação mais grave, mas longe de ser a única: o Estado apurou que outras duas minas com atividades paralisadas também são consideradas mais perigosas que a instalação da Vale em Brumadinho. A situação já chamou a atenção do Ministério Público de Minas Gerais, que investiga algumas dessas operações.

Abandono. A questão das minas abandonadas em Minas Gerais não é desconhecida do poder público. Em 2016, a Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), do governo mineiro, detectou nada menos do que 400 minas

abandonadas ou desativadas no Estado. Embora o levantamento concentre apenas os sítios inoperantes, e não a situação das barragens, cita casos de barragens que não apresentaram relatórios de segurança sobre seus rejeitos. O levantamento da fundação traz três casos listados como preocupantes: Mundo Mineração, Minar Mineração Aredes e Topázio Imperial Mineração.

Quem entende do setor garante que as minas desativadas de Minas Gerais são uma "bomba-relógio". Para Carlos Martinez, professor da Universidade Federal de Itajubá (Unifei), a situação é "desesperadora". "A conta um dia vai chegar e tem o potencial de quebrar de vez o Estado", diz ele. "Muitas dessas mineradoras sequer existem mais. E quem vai pagar a conta do desastre ambiental e social? O poder público."

Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Bruno Milanez diz que a legislação brasileira deveria prevenir que "aventureiros" se lançassem na mineração e deixassem para trás perigos ambientais e sociais. "Vários países com atividade minerária relevante exigem que as empresas provem sua viabilidade econômica antes de iniciar a exploração de uma determinada área."

A mina da Minar Mineração Aredes, companhia de Itabirito, município da Grande BH próximo a Brumadinho, fica dentro de uma área de preservação ambiental e não funciona há quase uma década. O atual dono, o empresário Lucas Cabalero, já foi notificado pelo Ministério Público Federal (MPF) a apresentar um relatório de estabilidade. Como a mina está parada, o proprietário afirma que os rejeitos estão secos e que o reservatório não corre risco de romper. Já o MP diz ter cobrado providências e classifica o caso como "urgente".

Outro mina desativada que preocupa é a da Topázio Imperial Mineração, no distrito Rodrigo Silva, em Ouro Preto (MG). O Estado esteve em Rodrigo Silva e, segundo os moradores, a mina não é explorada há vários anos. Guilherme Capanema Gonçalves, que se identificou como filho de um dos sócios da companhia, disse que as atividades da mina estão paralisadas desde 2017, quando o MP entrou com ação contra a empresa.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/02/2019

Seção: Metrópole

Autor: Luiz Maklounf Carvalho

Título: Indígenas temem barragem de Salobo

Entidades ligadas ao povo Xikrin entram na Justiça e pedem suspensão de atividades em mina da Vale que fica em Marabá, no Pará

"A barragem de Mariana se rompeu em 2015. A barragem de Brumadinho se rompeu em 2019. Vamos esperar a barragem do empreendimento Salobo também se romper? E o princípio da precaução?". As perguntas chegaram ao desembargador federal João Batista Moreira, da 6ª turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), horas depois do rompimento da barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 25 de janeiro.

A tragédia já deixou 165 mortos e 160 desaparecidos. Fazem parte de um processo em que três entidades indígenas do povo Xikrin, representadas pelo advogado José Diogo de Oliveira Lima, pedem uma liminar que suspenda todas as atividades da barragem finos 2, do projeto Salobo Metais, da Vale, com sede em Marabá. Citando o Relatório de Segurança de Barragens 2017, da Agência Nacional de Águas, o advogado diz, no agravo de instrumento do dia 25, que a barragem de rejeitos de mineração do projeto Salobo "detém alto potencial de dano associado, assim como a barragem de Brumadinho, não só pelo suposto risco alto, mas diante dos vazamentos identificados".

Em letras grandes, segue outra pergunta ao desembargador: "Ou, excelência, vamos esperar também pelo rompimento da barragem do empreendimento Salobo, que causará o fim das comunidades indígenas Xikrin e das diversas comunidades que vivem ao longo dos corpos hídricos? Lamentar depois, excelência, não faz sentido". Ouvida pelo Estado, a Vale disse, por sua assessoria de imprensa, que já se manifestou sobre a petição das Associações Indígenas Xikrin no TRF1, onde esclareceu "que o empreendimento Salobo está localizado abaixo da comunidade indígena e que o curso das águas em sua área de influência corre em sentido contrário à comunidade indígena, o que torna impossível a referida área ser afetada".

Disse, ainda, "que a barragem do Salobo não tem as mesmas características construtivas da barragem de Brumadinho, possui risco baixo e Declaração de Controle de Estabilidade (DCE), é monitorada e rotineiramente fiscalizada pelos órgãos competentes". A causa das três entidades indígenas de defesa do povo Xikrin contra a Vale e o projeto Salobo – pedindo a paralisação das atividades por danos ambientais e desrespeito aos direitos indígenas – entrou na justiça em julho de 2018. O valor estimado pelo advogado foi de R\$ 7,7 bilhões – depois reduzido a R\$ 2 bilhões pelo desembargador João Batista Moreira.

Em novembro do ano passado ele indeferiu, "por ora, o pedido de antecipação de tutela recursal". Considerou, na decisão, que "a justiça brasileira e, talvez, nenhum sistema de justiça, esteja preparado para enfrentar tão extensa e complexa, no espaço e no tempo, quanto a que é apresentada na petição inicial. Envolve a revisão de todo o sistema de exploração minerária na região sul do Pará e suas consequências para o meio ambiente e as comunidades indígenas Xikrin". Sublinhou essas dificuldades citando o filósofo René Descartes em

recomendação na obra "Discurso do Método". Qual seja: "dividir as dificuldades que tenham que ser examinadas em tantas parcelas quantas possam e sejam exigidas para melhor compreensão".

Na inicial de 2018, três anos depois da tragédia de Mariana, o advogado elenca muitos problemas na barragem do Salobo, mas nem cita a possibilidade de risco. Só veio a fazê-lo em recurso de 5 de dezembro passado, com base no relatório da ANA, agravado no dia da tragédia de Brumadinho. O desembargador Batista Moreira encaminhou o pedido de liminar do dia 25 para o parecer do MPF.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 11/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Mônica Bergamo

Título: Água mole

A Polícia Federal ainda não sabe o que causou a liquefação que foi responsável pelo rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho (MG). Uma das hipóteses levantadas pelos investigadores é que as nascentes que ficavam próximas ao local onde os rejeitos de minério de ferro eram despejados estariam lançando muita água em cima da barragem.

Pedra dura

O aumento de água no local pode ter provocado a liquefação — quando os rejeitos se tornam menos sólidos e mais líquidos.

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Fernando Gabeira

Título: Um futuro para Brumadinho

De novo em Brumadinho, desta vez para falar de reconstrução, como em Mariana. A cidade tem dois polos: cultura e mineração. O Museu de Inhotim, erguido no meio de um lindo pedaço da Mata Atlântica, pode ser um dínamo desse processo. Recebe 350 mil pessoas por ano e reabriu neste fim de semana. Nele trabalham 600 pessoas. Se os artistas brasileiros quiserem dar uma força, é possível fazer a cidade transitar da hegemonia da mineração para se tornar um centro cultural. Será preciso apenas esquecer as diferenças ideológicas. Certos temas de união nacional ajudam até a lidar com as divergências.

Não sou especialista em barragens. Os engenheiros pensam coisas claras. Um deles sugeriu que a barragem se rompeu por liquefação. Desde esse momento, levei a sério a hipótese. Agora, fico sabendo que a barragem de água estava a montante do minério armazenado. Vazava constantemente. A Vale construiu um cano para desviar essa água. Mas será que foi suficiente? Os sensores funcionavam mal, e faltavam cinco deles. O atestado de estabilidade dado pela empresa alemã TÜV SÜD tratou desse tema. E parece que houve pressão para que os alemães transigissem: ou davam o atestado de estabilidade ou seria rompido o contrato com a Vale.

Indo um pouco adiante, como detetive amador, lembro que a barragem de água estava tão cheia que ameaçou romper após o desastre. No domingo de manhã, a sirene tocou por lá, pelo perigo da barragem de água. Possivelmente, a mesma sirene que silenciou diante do tsunami de lama. Nesse caso, enganada pela insuficiência dos sensores. Diante de tais circunstâncias, não é correto dizer, como disse a Vale, que a barragem de rejeitos era de baixo risco e grande poder de dano. Ela era de alto risco. Essa é a conclusão de um ignorante esforçado. Quando a Vale disse que o desastre era inexplicável, ela estava de posse de todos os dados, tanto que tentava desviar o curso da água.

Espero que os fatos confirmem esta hipótese, pois, até agora, não consegui ouvir alternativas. Houve uma fake news, na época do desastre, dizendo que explodiram uma bomba. Um venezuelano e um cubano teriam sido presos. E não é que circulou. Os venezuelanos não têm bombas para uso externo: estão à beira de uma guerra civil. Apesar de tudo, espero que a Vale participe do esforço de reconstrução, sem ambiguidades como em Mariana. Seria aprender a operar num espaço estrategicamente mais valioso que suas minas de ferro.

A entrada de Brumadinho é feinha e encardida. Na cidade, há um conjunto de painéis pintados por artistas brasileiros. Foi uma parceria da Vale com a prefeitura. Os painéis perderam a cor, foram degradados pelo descaso, alguns parecem uma colagem de minério de ferro.

A ideia geral era esta: já que produzimos minério, por que se importar com a beleza? Em outras palavras: já que vai sujar mesmo, por que manter limpo? Antes do desastre, fui a Brumadinho uma única vez. Na época, para a palestra de fundação do Partido Verde, que hoje, quem diria, é o partido do prefeito. Não o conheço bem. Apenas o entrevistei sobre os fatos correntes. Mas, se pudesse dar um palpite, diria que o futuro de Brumadinho deveria se concentrar numa ideia simples: entra a beleza, sai a feiura. As mineradoras costumam deixar apenas buracos, quando não levam as montanhas, como levaram o Pico do Cauê, na Itabira de Drummond.

Ter o mais belo museu a céu aberto do mundo e uma estrutura de hotéis e restaurantes sugere o novo caminho, que nem merece ser chamado de economia criativa: é uma decorrência lógica. Seria preciso um novo marco regulatório para exploração de minério numa área onde a cultura tem um grande papel. Brumadinho tem lindas estradas vicinais com áreas preservadas. Os 300 hectares enterrados na lama são apenas uma pequena parte de um município maior do que Belo Horizonte. Seu bairro mais atraente, Casa Branca, está no pé da Serra do Rola Moça, um parque estadual. É um belo roteiro, que pode florescer no futuro.

Em Casa Branca, onde há muitos moradores fugidos do estresse da grande cidade, há um movimento de defesa das águas em permanente choque com a mineração. O que alguns mineradores chamam de Quadrilátero Ferrífero é, na verdade, para os moradores um quadrilátero aquífero. Há um passado e um futuro para Brumadinho. Hora de virar o jogo.

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Demétrio Magnoli

Título: Ladrões de petróleo

"A propriedade é um roubo!", escreveu Pierre-Joseph Proudhon em 1840. Karl Marx fez gato e sapato do anarquista francês, explicando que a economia capitalista é um tanto mais complicada que isso. Não adiantou, a julgar pelas inclinações proudhonianas da esquerda contemporânea, em particular quando se trata de julgar as motivações do "imperialismo americano". Fernando Haddad, por exemplo, mesmo ao criticar (suavemente) a presença de Gleisi Hoffmann na posse de Nicolás Maduro, dirigiu suas baterias contra a oposição venezuelana, acusando-a de "buscar um status quo anterior", quando a Venezuela seria "um quintal cheio de petróleo para os americanos".

A ideia do roubo de recursos naturais corre solta, em meio ao dramático declínio intelectual da esquerda. Há décadas, circula a tese de que os americanos planejam surrupiar a água doce da Amazônia, a fim de abastecer a insaciável Califórnia. Nunca se esclareceu se isso se faria por meio do transporte em baldinhos ou por via técnica menos dispendiosa. No caso do petróleo, porém, a noção infantil do roubo parece menos fantasiosa e, talvez por isso, ganhe ares de coisa séria o suficiente para ser incorporada ao discurso de um professor de Filosofia.

Mas qual roubo? No tempo em que a Venezuela era "um quintal cheio de petróleo", os americanos o compravam, segundo cotações definidas pelo

mercado mundial. Os malvados americanos não ditavam os preços do barril. Antes, a Opep o fazia, sob influência decisiva da Arábia Saudita. Depois, com a explosão do óleo de xisto nos EUA, o mercado tornou-se mais competitivo. Num ponto intermediário, os preços do barril saltaram a níveis recordistas, em torno de US\$ 100. Nesse período, a Venezuela seguiu, alegremente, exportando óleo para os EUA —o que propiciou a Hugo Chávez expandir sua popularidade e consolidar seu regime.

A geografia separa radicalmente a Venezuela da China. O petróleo extra pesado da Faixa do Orenoco exige processos de refino singulares, para os quais estão adaptadas diversas refinarias dos EUA. Sob Maduro, Guaidó ou quem quer que seja, o mercado americano continuará sendo vital para as exportações venezuelanas. Hoje, graças ao óleo de xisto, custa muito menos para os EUA dispensar os suprimentos da Venezuela do que custa à Venezuela encontrar consumidores alternativos. Há mais coisas entre o céu e a terra do que supõe a vã filosofia de Haddad.

Qual roubo, afinal? A tese talvez não se refira ao comércio, mas aos investimentos. A pérfida oposição venezuelana abriria os campos da Faixa do Orenoco aos investimentos das companhias "ianques", rompendo o monopólio da PDVSA, a estatal petroleira da Venezuela.

O raciocínio, contudo, esbarra em duas dificuldades. A primeira é que inexiste monopólio da PDVSA. Sob o chavismo, empresas como a norueguesa Equinor (ex-Statoil), a espanhola Repsol e a americana (sim: ianque!) Chevron exploraram petróleo no Orenoco em associação com a PDVSA. A segunda é que, devastada pelo chavismo, a estatal extrai, hoje, pouco mais de um milhão de barris/dia, contra 3,1 milhões em 1998. De fato, a Venezuela precisa de investimentos estrangeiros. Sem eles, não recuperará sua capacidade de exportar —e, portanto, de importar bens de consumo e de produção.

Sob Lula e Dilma, o Brasil não cedeu à tentação de restaurar o monopólio estatal da exploração de petróleo. Os governos petistas limitaram-se a trocar o sistema de concessão pelo de partilha —e não cumpriram a promessa populista da redenção nacional pelo pré-sal. Por que a Venezuela deveria ser condenada por uma eventual tentativa de recuperar os níveis de extração alcançados antes do chavismo?

A lenda sobre o roubo do petróleo revela uma confusão mais profunda, que é a identificação de recursos naturais com riqueza social. Os primeiros são substâncias que ocorrem na natureza e encontram uso econômico útil. A segunda é a capacidade de inventar tecnologias que aumentem o bem-estar da sociedade. Atenção, Haddad: isso depende de educação e ambiente institucional. E não pode ser roubado.

VEÍCULO: O Globo**Data: 11/02/2019****Seção: Editorial****Autor:****Título: Indenização a vítimas de barragem em Brumadinho precisa ser rápida**

Vale promete acordo extrajudicial, mas histórico de tragédias mostra que empresas adiam reparações

No dia 31 de janeiro, menos de uma semana depois do rompimento da Barragem do Córrego da Mina do Feijão, em Brumadinho, tragédia que já contabiliza pelo menos 165 mortos e 160 desaparecidos, o presidente da Vale, Fabio Schvartsman, afirmou, após uma reunião com a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, que a mineradora pretende antecipar as indenizações aos parentes das vítimas, independentemente dos R\$ 100 mil que estão sendo pagos a título de doação. "Estamos preparados para abdicar de ações judiciais e queremos assinar acordos extrajudiciais" disse. É o que se espera diante do horror perpetrado pelo desastre que destruiu famílias e arrasou casas, sítios e fazendas, derramando sobre o município mineiro 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro.

As causas que levaram ao segundo maior desastre ambiental do país ainda estão sendo apuradas. A polícia tenta esclarecer por que a barragem, classificada como de baixo risco e alto potencial de dano pela Agência Nacional de Mineração (ANM), e cujos laudos atestavam ser estável, se rompeu de uma hora para outra, surpreendendo inclusive funcionários que estavam na administração e no refeitório. Mas a questão das indenizações segue outro caminho, independente. A própria Raquel Dodge disse que a Vale não deveria esperar ações judiciais para pagar indenizações às famílias, assumindo imediatamente, e de forma clara, as suas responsabilidades na tragédia.

Decerto, é o desejável. Mas a história mostra realidade diferente. Num caso semelhante, o rompimento da Barragem do Fundão, da Samarco/Vale/ BHP, em Mariana, em novembro de 2015, um acordo para pagamento de indenização só foi fechado em outubro do ano passado, quase três anos após a tragédia que matou 19 pessoas e causou impacto incalculável ao ambiente.

Essa lentidão tem sido um traço comum em alguns dos desastres que chocaram a opinião pública. Como o incêndio na Boate Kiss, em Santa Maria (RS), em janeiro de 2013, em que morreram 242 pessoas. Até hoje famílias não receberam indenização. O caso Bateau Mouche, iate que naufragou na saída Baía de Guanabara matando 55 pessoas no réveillon de 1988, é ainda mais

escandaloso. Trinta anos depois, famílias ainda lutam na Justiça para receber indenização.

De certa forma, o acidente de Brumadinho repete tragédias brasileiras recentes, seja na carga de histórias dramáticas ou na sequência de falhas e omissões que desencadeiam o desastre. Mas existe a oportunidade de fazer diferente. Postergar indefinidamente o pagamento de indenizações às famílias de vítimas é impor uma nova tragédia a essas pessoas que já perderam tudo o que tinham para perder.

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/02/2019

Seção: O País

Autor:

Título: Após nova vistoria, barragem segue com risco de rompimento

Moradores de áreas próximas continuam fora de casa, em Barão de Cocais

Uma vistoria realizada ontem na Barragem do Gongo Soco, em Barão de Cocais (MG), avaliou que ainda há risco de rompimento da estrutura operada pela Vale. Os moradores de cinco comunidades rurais próximas, que deixaram a área na sexta-feira, ainda não foram autorizados a voltar para casa.

A inspeção foi feita por profissionais da Vale, da Agência Nacional de Mineração (ANM) e da consultoria Walm, que negou o atestado de estabilidade na semana passada. A operação começou no fim da manhã e seguiu por quase toda a tarde. Um novo laudo técnico deve ser emitido com novas orientações, mas ainda não há data de quando será divulgado.

Ontem, o portal G1 informou que o governo de Minas Gerais autorizou, em dezembro de 2018, a expansão da barragem da Vale que se rompeu em janeiro em Brumadinho (MG). Além da mina Córrego do Feijão, que foi abaixo, o projeto previa o aumento de atividades na barragem de Jangada, no mesmo complexo.

No pedido de licenciamento encaminhado pela mineradora, havia intervenções que contrariavam um relatório de julho de 2018 da consultoria Tüv Süd, contratada pela Vale. Segundo a Defesa Civil de Minas, 165 pessoas morreram na tragédia.

O documento recomendava ações como evitar o tráfego de veículos pesados e impedir detonações ao redor da mina, para não comprometer a estabilidade. Também havia a recomendação de evitar ações que provocassem liquefação,

quando um material passa a se comportar como fluido. O projeto apresentado, no entanto, previa o uso de explosivos e o tráfego de caminhões.

ESCOLHA DA AGÊNCIA

A Secretaria Estadual do Ambiente disse que a Vale apresentou um laudo técnico afirmando que as obras não causariam impactos na segurança das barragens. O órgão disse ainda que sua função é fazer uma análise sócio-ambiental e que a responsabilidade por fiscalizar a estabilidade das estruturas é da ANM.

A Vale afirmou que as atividades licenciadas não chegaram a ser implementadas e, portanto, não havia obras quando a estrutura se rompeu. A empresa afirmou que relatórios sustentavam a estabilidade da mina. Ainda segundo a mineradora, não havia no relatório "recomendação expressa de paralisação das operações das minas" e que, por isso, detonações seguiram acontecendo, "de forma monitorada", na cava das minas de Córrego do Feijão e de Jangada. Em depoimento, um dos engenheiros que assinou o laudo atestando a segurança da estrutura disse ter se sentido "pressionado" pela mineradora a dar o aval.

Também segundo o G1, **o secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, Alexandre Vidigal**, sugeriu que a escolha das empresas que fazem as auditorias das barragens seja feita pela Agência Nacional de Mineração (ANM), não mais pelas próprias mineradoras. A sugestão foi formalizada em ofício enviado ao presidente da ANM, Victor Bicca, na sexta-feira. (Camila Bastos, especial para OGLOBO)

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/02/2019

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDONEZ E BRUNO ROSA

Título: Venda de combustível

Petrobras ainda acumula perdas de R\$ 9 bi

A Petrobras acumula perdas de R\$ 9 bilhões nos últimos oito anos com a venda de combustíveis no Brasil. De acordo com cálculos do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE) a pedido do GLOBO, a estatal vendeu gasolina e diesel mais barato que a cotação no mercado internacional entre 2011 e 2014, acumulando prejuízos de R\$ 71,2 bilhões, seguindo determinação do governo de Dilma Rousseff, que usou a estatal para controlar a inflação. No período posterior, entre 2015 e 2018, a empresa — afetada pelos escândalos de corrupção revelados pela Operação Lava-Jato e em crise financeira — adotou política de alinhamento de preços ao valor do barril do petróleo e ao câmbio. Os

ganhos chegaram a R\$ 62,2 bilhões, mas não compensaram integralmente as perdas anteriores.

Nos últimos oito anos, quatro executivos passaram pelo comando da estatal. Após a saída de Graça Foster, em 2015, Aldemir Bendine buscou alinhar os preços dos combustíveis aos do mercado internacional. Ele foi posteriormente preso no âmbito da Lava-Jato.

Após o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, Michel Temer nomeou Pedro Parente para a Petrobras com carta branca para criar uma política de preços. Com a forte oscilação nas cotações do barril, os repasses passaram a ser quase diários a partir do segundo semestre de 2017. Insatisfeitos, os caminhoneiros fizeram uma greve que durou 11 dias em maio do ano passado e afetou o abastecimento. A paralisação trouxe para o primeiro plano as discussões sobre a política de preços dos combustíveis. Parente acabou renunciando ao cargo após a polêmica.

Segundo especialistas, o alinhamento com os preços internacionais é fundamental para que a companhia consiga reduzir seu endividamento e gerar caixa. Eles criticam, porém, a falta de transparência da estatal quanto à formação de preços no país. Em oito anos, a Petrobras já recuperou as perdas com o diesel, mas não com a gasolina.

— É fundamental que a Petrobras acompanhe os preços internacionais, como fazem todas as empresas no mundo. O que a companhia perdeu no passado jamais vai ser recuperado — afirmou Adriano Pires, diretor do CBIE, alegando que os danos vão além do valor da cotação e interferem também na imagem da companhia.

Para Décio Oddone, diretor geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), que defende o alinhamento ao mercado internacional, é importante que o país acabe com o monopólio de fato no refino. A atividade foi aberta ao mercado no fim dos anos 1990, mas a Petrobras ainda tem fatia de 98%. A mudança aumentaria a competição e reduziria preços ao consumidor, avalia Oddone.

Nos últimos seis meses, a redução média do preço da gasolina nas refinarias da Petrobras foi de 33%. No mesmo período, os valores ao consumidor tiveram redução média no país de apenas 9,25%, segundo dados da ANP.

— Queremos transparência na formação de preços e aumento na competição. Os contratos da Petrobras com as distribuidoras têm condições que geram ambiente pouco competitivo — disse Oddone.

É por isso que a ANP está no estágio final da elaboração de duas resoluções para dar mais transparência na formação de preços: uma para gasolina e diesel e outra para gás natural. Hoje, as importações de combustíveis são dificultadas porque as empresas não têm informações sobre os preços praticados pelas refinarias.

— A Petrobras tem cobrado preços acima da paridade. A empresa não tem que ganhar ou perder. Ela e quem estiver operando no Brasil têm de praticar preços justos. Essas distorções só vão ter fim com transparência — avaliou Oddone.

A pedido da ANP, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que regula questões concorrenciais, abriu inquérito, que tramita sob sigilo, contra a Petrobras “para investigar suposto abuso de posição dominante no mercado nacional de refino de petróleo’..

AUMENTO DA CONCORRÊNCIA

Segundo Luiz Carvalho, analista do UBS, os preços dos combustíveis da Petrobras estão ligeiramente acima do mercado internacional. Para ele, somente com a concorrência no refino é que será possível ter preços mais justos para os consumidores.

— A Petrobras pratica preços em linha com os internacionais, e avalia os custos de oportunidade. A situação monopolista da Petrobras faz com que a companhia possa cobrar o que quiser. Qualquer coisa que é monopolista é prejudicial ao consumidor — diz Carvalho.

Especialistas lembram que o governo pode usar alguns mecanismos para evitar que a volatilidade dos preços internacionais do petróleo seja repassada diariamente aos combustíveis. Uma das ideias era adotar um imposto que funcionaria como um colchão, que seria reduzido quando o petróleo subisse demais e aumentaria quando o preço caísse. A iniciativa foi criticada pela nova direção da Petrobras.

— Tem que privatizar as refinarias. O monopólio é ruim, seja privado ou estatal — afirmou Carvalho.

Para Pedro Galdi, da Mirae, a estatal criou uma política de preços por necessidade. Com o repasse ao consumidor, aliado à estratégia de vender ativos, lembra Galdi, o endividamento total da empresa caiu de US\$ 126,2 bilhões em 2015 para US\$ 88,1 bilhões no terceiro trimestre do ano passado:

— Para a empresa, a política foi benéfica. O atual presidente (Roberto Castello Branco) decidiu manter a prática. É impossível saber qual será a relação de

preços no futuro e quando a estatal vai acumular ganhos que neutralizem as perdas anteriores, pois isso depende das cotações do barril e do dólar.

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/02/2019

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordonez e Bruno Rosa

Título: Petrobras quer lançar cartão pré-pago para gasolina

Objetivo é permitir compra antecipada quando preço for favorável. Proposta já foi enviada ao governo por presidente da empresa

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, que assumiu a estatal em janeiro, sugeriu ao governo a adoção de um cartão pré-pago para os consumidores de combustíveis como forma de proteção contra a volatilidade dos preços internacionais do petróleo. De acordo com a estatal, o cartão vai permitir que o cliente compre, por exemplo, cem litros de gasolina e diesel com o preço do dia sem a necessidade de usar tudo na mesma hora. A lógica seria similar à de um cartão pré-pago para viagens, que busca travar a cotação num determinado valor.

Em nota, Castello Branco afirmou que, assim, o consumidor vai ficar protegido da flutuação de preços na bomba por um período. “Essa é uma sugestão que demos, está sendo pensado como estruturar. O mercado tem vários instrumentos que podem proteger, que são muito melhores do que simplesmente a intervenção, o tabe-
lamento de preços, que gera muitas distorções”, destacou o presidente da estatal.

Castello Branco reafirmou que a companhia continua com sua política de preços atrelada à paridade internacional, usada em outros países.

O executivo ressaltou, em nota, que é contra a adoção de um imposto para ser usado como uma espécie de colchão, de forma a evitar que a volatilidade das cotações internacionais seja repassada diariamente aos preços dos combustíveis ao consumidor. A hipótese havia sido discutida no governo anterior após a greve dos caminhoneiros. Para Castello Branco, a medida significaria, na prática, um novo imposto. Além disso, ele pondera que poderiam surgir dúvidas se a iniciativa iria, de fato, proteger os consumidores.

“Um dos papéis do sistema de preços é atuar como um sinalizador: o preço sobe, eu digo: ‘vou consumir menos diesel’. Já para o produtor, ‘o preço está bom, vou produzir mais’. Isso (o colchão) é uma barreira ao bom funcionamento

de uma economia de mercado, que pressupõe a liberdade de preços”, concluiu Castello Branco.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 11/02/2019

Seção: Brasil

Autor: Junia Oliveira

Título: Patrimônio da cultura mundial sob risco

Uma população de aproximadamente 54 mil habitantes cercada por 24 barragens. O maior ativo econômico de Congonhas, na região central de Minas, a 89 quilômetros de Belo Horizonte, tornou-se também a principal preocupação de moradores. Do total de empreendimentos, 54% têm dano potencial associado considerado alto. Relatório feito pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Congonhas mostra o que ocorreria na cidade caso as represas se rompessem. Os cenários apontam para uma paisagem desoladora: a cidade histórica que abriga os profetas do mestre Aleijadinho seria praticamente varrida do mapa em qualquer situação. Povoados até mesmo de outros municípios seriam drasticamente afetados.

São 24 barragens de quatro empresas. A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) tem o maior número de estruturas (13), seguida por Vale e Gerdau (cinco cada uma) e Ferrous (uma). Elas estão incluídas na categoria de risco baixo, mas 13 delas têm potencial associado considerado alto. O risco mede os níveis de problema que ela tem, incluindo a probabilidade de ruptura. Já o potencial associado indica os danos (ambientais, sociais e econômicos) que poderão ocorrer. Sete têm potencial médio e o restante, baixo. O relatório afirma que o perigo oferecido pelas barragens não pode ser subestimado ou diminuído, “devendo ser encarado como real, mas reconhecendo que pode ser minimizado com o conhecimento detalhado das reais consequências que possam vir a acontecer numa situação de ruptura”.

Mapas

Os cenários de possíveis desastres foram traçados a partir de informações obtidas pela prefeitura e modelos matemáticos sobrepostas aos mapas de inundação requeridos junto às empresas. Esses dados foram lançados em imagens de satélite obtidas no software Google Earth, como parte do Plano Municipal de Segurança de Barragens. A maior delas, a Barragem Casa de Pedra, da CSN, localizada próximo à área urbana, tem 21 milhões de metros cúbicos, atualmente.

Um evento na área dessa barragem poderia, além do impacto com o rejeito e água verificado nas projeções, provocar um estancamento no Rio Maranhão,

represando-o e causando inundação de toda a área central, até que sua fluidez fosse normalizada, o que levaria muitos dias, dependendo de uma série de fatores climáticos e de material acumulado. A previsão é que 1,5 mil pessoas seriam atingidas diretamente.

São 107,5 milhões de metros cúbicos de rejeito de mineração e água acondicionados nas represas da cidade. Um rompimento na barragem de água do Lago Soledade, da Gerdau, atingiria mais de 3,5 mil pessoas. Além do centro de Congonhas, distritos como Joaquim Murtinho e Lobo Leite (localizado em Ouro Preto) seriam afetados. A água inundaria também a BR-040, provocando arraste e impedindo o fluxo de trânsito.

Temor

A preocupação é grande com a Barragem Casa de Pedra. O temor se explica pela localização dela: praticamente dentro da cidade, é a que todos veem, parecendo abraçar a área urbana. A estrutura fica a 250 metros de casas e a 2,5 quilômetros do Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, patrimônio cultural da humanidade. Mas outras merecem atenção, considera o secretário municipal de Meio Ambiente de Congonhas, Neilor Aarão. “O estudo avalia o cenário como se todas se rompessem ao mesmo tempo. Quando rompe, é porque algo ocorreu de errado. Cruzamos todos os dados, alguns não foram satisfatórios na comparação com alguns exemplos de casos concretos, e percebemos que os estudos das empresas estavam subdimensionados”, diz ele.

O professor da Universidade Federal de Itajubá (Unifei) e da pós-graduação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e engenheiro hidráulico Carlos Barreira Martinez, lembra que a cidade antecede a barragem. “Elas estão muito próximas à área urbana. E são originárias de um outro tempo: quando pessoas não tinha acesso à universidade ou ao WhatsApp. Estamos falando de um outro Brasil”, afirma.

Procuradas para se posicionar sobre o Plano Municipal de Segurança de Barragens de Congonhas, a Vale, a CSN e a Ferrous não se manifestaram. A Gerdau informou, por meio de nota, que a barragem de reserva de água de Soledade passou por inspeção em setembro de 2018 e foi considerada segura.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 11/02/2019

Seção: Brasil

Autor:

Título: Número de mortos confirmados é de 165

Subiu para 165 o número de mortos confirmados em decorrência do rompimento de uma barragem da Vale em Brumadinho (MG). Desses, 156 foram identificados. Passadas pouco mais de duas semanas da tragédia, o perfil das buscas pelos desaparecidos começa a mudar, ficando mais dependente de máquinas pesadas para escavar em áreas muito profundas. Segundo o último balanço da Defesa Civil, 160 pessoas estão desaparecidas.

Encontrar corpos ou segmentos vai ficando mais difícil. O capitão do Corpo de Bombeiros de Minas Leonard de Castro Farah explica que os primeiros corpos a serem achados estavam mais na superfície, o que permitia encontrá-los visualmente, “mas, agora, é preciso escavar, tirar tudo o que tem embaixo e procurar”, diz

A área da mancha inundada tem cerca de 3,96 km² e 10 km lineares, mas alguns corpos foram achados além da mancha, no Rio Paraopeba. Segundo Farah, os trabalhos foram divididos em diversos quadrantes de 40 mil m², o equivalente a quatro campos de futebol. E cada quadrante foi dividido por quatro, ou seja, as buscas de cada equipe se concentram de cada vez em uma área de um campo de futebol.

“Na primeira fase, as buscas foram mais superficiais, de pessoas e corpos resgatados que estavam na superfície. A nova fase agora é de fazer escavação, levando em conta várias questões: onde será colocado o rejeito retirado, se ele está fluidificado (com água) ou não. Se está, não dá para tirar com máquina”, explica.

A atuação das máquinas está concentrada no local onde ficava a usina intensiva de tratamento de minério (ITM), nos setores próximos ao refeitório e ao clube e nos remansos que se formaram com a passagem da onda de rejeitos. “Mas na área da comunidade Parque da Cachoeira ainda está com muita água no terreno, e no leito do rio de lama que foi criado. Por isso, ainda não estamos entrando lá. Estamos drenando essa água para que fique mais fácil fazer buscas”, diz.

Um dos objetivos da nova fase é restabelecer os acessos da cidade, retirando a lama para a mineradora destiná-la a outro lugar. “Isso exige um plano de manejo de rejeito, que envolve várias etapas: fazemos a escavação, um militar confere o local para ver se não tem nenhum corpo ali, um caminhão basculante leva para outro lugar, espalha todo o rejeito, militares novamente conferem se não ficou nada ali, levam os cães para certificarem. A mineradora só vai destinar esse material a partir do momento que for descartada a possibilidade de haver corpos ali”, explica.

O efetivo total envolvido nas buscas é de 352 pessoas, com 35 equipes em campo, das quais 150 militares do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, 129 bombeiros militares de outros estados, 64 integrantes da Força Nacional de Segurança e 9 voluntários. Também reforçam as buscas 19 cães farejadores. O trabalho conta ainda com a ajuda de helicópteros do Exército. Farah não se arrisca a dizer quanto tempo isso tudo vai levar nem se há alguma previsão de fim de buscas. “O que queremos é dar conforto para todas as famílias”, afirma.

“Na primeira fase, as buscas foram mais superficiais, de pessoas e corpos que estavam na superfície. A nova fase agora é de fazer escavação”

Leonard de Castro Farah, do corpo de Bombeiros de Minas Gerais

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 11/02/2019

Seção: Economia

Autor: Jaqueline Mendes

Título: Mineradoras globais aprimoram sistemas de segurança

São Paulo — As sirenes do sistema de segurança que não tocaram no Complexo do Feijão, em Brumadinho — e que poderiam ter evitado uma das maiores tragédias da história do Brasil —, acenderam o sinal de alerta em várias companhias do setor mundo afora.

Durante toda a semana, executivos da anglo-australiana BHP Billiton realizaram, na sede da companhia, em Melbourne, na Austrália, diversas reuniões para tornar as normas e protocolos de segurança ainda mais rigorosos. “Estamos perplexos e profundamente abalados com as duas tragédias ocorridas em Minas Gerais nos últimos anos, envolvendo a Samarco e, agora, a Vale”, disse um alto executivo da BHP, que pediu para não ter seu nome relevado. “Vamos tornar nossos procedimentos de segurança ainda mais rígidos a partir de agora, não só em nossa maior operação, aqui na Austrália, mas em todas as unidades sob nossa responsabilidade no mundo.” A BHP Billiton, para relembrar, é sócia da Vale na Samarco, detentora de 50% do capital.

A promessa de aprimoramento da segurança não significa, no entanto, que haverá alguma mudança concreta. Essa movimentação no setor da mineração já havia ocorrido após o desastre em Mariana, considerado o pior incidente ambiental do Brasil, que provocou a morte de 19 pessoas.

Na realidade, o rompimento das barragens dos complexos de Germano e do Feijão, da Samarco e da Vale, respectivamente, não significam grandes

transformações no modus operandi das mineradoras de grande porte. Em Minas Gerais, predomina o uso barragens para descarte dos rejeitos, mas, mundialmente, a extração do minério de ferro é feita em minas profundas.

Isso facilita o descarte pelo sistema de cavas, considerado mais seguro e o que está sendo proposto pela Samarco para voltar a operar. Mesmo assim, as grandes mineradoras globais registram forte aumento no número de acidentes fatais desde 2015, quando a queda da cotação do minério de ferro as obrigou a promover fortes cortes de custos. No caso da BHP, por exemplo, foram registradas cinco mortes em operações na Austrália, África do Sul e Chile no mesmo ano em que a barragem de Mariana se rompeu.

Também em 2015, outra potência do setor, a Rio Tinto, confirmou a morte de três funcionários entre janeiro e agosto, de acordo com reportagem publicada pela Dow Jones Newswires. Já em 2014, outras duas haviam sido contabilizadas. A Anglo American reportou cinco mortes em 2015. Um ano antes, foram seis óbitos. A mineradora Glencore teve 16 mortos em 2014 e oito em 2015. “Houve muitos avanços na questão da segurança das empresas, mas essa evolução pode ter gerado muita confiança e uma certa complacência”, diz David Cliff, professor de saúde ocupacional e segurança na mineração da Universidade Queensland, na Austrália.

Desafio

A justificativa para os acidentes, tanto no dia a dia da operação quanto em ocorrências inesperadas, como o rompimento de barragens, é semelhante entre as grandes mineradoras: a topografia das áreas onde o minério é encontrado. A Glencore alegou, na reportagem da Dow Jones, que a maioria das fatalidades que ocorreram se deram em “geografias desafiadoras, que não tinham cultura de segurança” antes de a companhia assumir.

Grande parte dos acidentes de mineração ocorre, no entanto, em minas fora do controle das grandes empresas. Recente exemplo disso foi a dramática ocorrência com os 33 mineiros chilenos que ficaram presos por 69 dias. A mina era administrada por uma pequena empresa local, a Compañia Minera San Esteban Primera.

Analisando globalmente, porém, a China continua a liderar, com folga, o número de acidentes fatais na mineração. Somente no ano passado, pelo que se sabe, foram 346 mortes. Apesar disso, as mortes vêm caindo vertiginosamente. Houve 7 mil vítimas de acidentes fatais em 2002.

“Houve muitos avanços na questão da segurança das empresas, mas essa evolução pode ter gerado muita confiança e uma certa complacência”

David Cliff, professor de saúde ocupacional e segurança

MME / ASCOM .